



CONCURSO PÚBLICO MUNICÍPIO DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 067/2011 – DGP/SMGP

INSTRUÇÕES

- 01 - Material a ser utilizado: caneta esferográfica azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado com etiqueta.
- 02 - Não é permitido consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras e etc. Não é permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem a respectiva identificação e o devido recolhimento de telefone celular, bip e outros aparelhos eletrônicos.
- 03 - Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
- 04 - A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Respostas (Prova Discursiva).
- 05 - Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
- 06 - O Caderno de Provas consta de 80 (oitenta) questões de múltipla escolha e uma Prova Discursiva constituída de um parecer. Leia-o atentamente.
- 07 - As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A a E) e uma única resposta correta.**
- 08 - Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, observando o nome do cargo na parte superior da próxima página, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Respostas (Prova Discursiva) que lhe foi fornecido, estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
- 09 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 10 - O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas, somente sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
- 11 - Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado o Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade escolar.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no site www.consulplan.net, às **16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.**
- Os recursos deverão ser apresentados, conforme determinado no **item 8 do Edital de Concurso Público nº. 067/2011**, sendo observados os seguintes aspectos:
- a) O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **02 (dois) dias úteis**, a contar do **dia subsequente** ao da publicação, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Concurso Público no site www.consulplan.net.
- b) A interposição de recursos poderá ser feita **via Internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, à **Consulplan**, conforme disposições contidas no site www.consulplan.net, no link correspondente ao Concurso Público; ou **por escrito** através do preenchimento do formulário constante do Anexo V deste Edital, com posterior envio por sedex à **Consulplan (Rua José Augusto de Abreu, nº. 1000, Bairro Augusto de Abreu, Muriaé/MG – CEP: 36.880-000).**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01) Dentre as várias classificações das normas constitucionais, a mais usual no Brasil é a de José Afonso da Silva, para quem as normas se dividem em três grupos: normas constitucionais de eficácia plena, normas constitucionais de eficácia contida e normas constitucionais de eficácia limitada. Sobre essas normas, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) As normas constitucionais de eficácia plena produzem ou podem produzir de imediato, com a entrada em vigor da Constituição, todos os efeitos jurídicos a que se dispõem, independente de normatização ou complementação infraconstitucional.
- B) As normas de eficácia contida podem ser regulamentadas por outras normas constitucionais, infraconstitucionais ou preceitos jurídicos amplamente aceitos.
- C) As normas de eficácia limitada são válidas a partir do regulamento promovido pelo legislador ordinário.
- D) As normas de eficácia plena, por conterem todos os elementos imprescindíveis para produzirem seus efeitos, imediatamente são imutáveis.
- E) As normas de eficácia contida possuem aplicabilidade imediata, podendo sofrer restrições posteriores, por isso mesmo rotuladas de não integrais.

02) “O controle de constitucionalidade traduz a necessária busca da coerência das normas legais com a Constituição, com o texto fundamental de cada sistema politicamente organizado.” Em relação ao controle de constitucionalidade, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) A ordem jurídica é um sistema de normas válidas. Para se aferir a validade das mesmas, há de haver o paradigma segundo o qual a lei, ou seja, o documento escrito, geral, inovador e em vigência que reúne todas as normas, seja válido dentro daquele sistema.
- B) Norma fundamental é aquela cuja validade pode ser derivada de uma norma superior. Todas as normas cuja validade derive de uma norma fundamental formam um sistema de normas, uma ordem.
- C) A “supremacia constitucional” consiste no fato de que a constituição é considerada pedra angular do sistema jurídico-político do país, configurando validade e legitimidade aos poderes do Estado, dentro dos limites por ela impostos, não podendo ser contrariada por qualquer texto ou dispositivo legal do ordenamento jurídico, sob pena de ser considerada inconstitucional.
- D) A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à supremacia da constituição sobre todo o ordenamento jurídico, à rigidez constitucional e à proteção dos direitos humanos.
- E) O controle de constitucionalidade é garantia de supremacia dos direitos e garantias fundamentais previstos na constituição que, além de configurarem limites ao poder do Estado, legitimando-o, determinando seus deveres e tornando possível o processo democrático.

03) Diz a Constituição da República, no art. 102, § 1º “a arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.” Diante do exposto, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- () O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- () A decisão sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental somente será tomada se presentes na sessão pelo menos dois terços dos Ministros.
- () A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, cabendo apenas a interposição de ação rescisória.

A sequência está correta em:

- A) F, V, V B) V, V, F C) F, F, F D) V, V, V E) V, F, V

04) No que se refere à educação, cultura e esporte, são ditames constitucionais, EXCETO:

- A) A competência para legislar sobre educação, cultura e esporte é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- B) O Estado deve garantir educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- C) A União aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dezoito por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- D) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.
- E) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

05) A intervenção estadual no município será decretada, EXCETO:

- A) Mediante solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido.
- B) No caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.
- C) Mediante provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, e no caso de recusa à execução de lei federal.
- D) Mediante requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.
- E) Mediante provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República, no caso de recusa à execução de lei federal.

06) Sobre a política urbana, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- () A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- () O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de quinze mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- () Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, mesmo que seja proprietário de outro imóvel urbano.

A sequência está correta em:

- A) V, F, F B) F, V, V C) F, F, V D) V, V, V E) F, F, F

07) De acordo com os conceitos relacionados aos princípios constitucionais, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- () **Legalidade**: fundamento do Estado democrático de direito, tendo por fim combater o poder arbitrário do Estado. Os conflitos devem ser resolvidos pela lei e não mais através da força.
- () **Impessoalidade**: a Administração deve manter-se numa posição de neutralidade em relação aos administrados, discriminando apenas quando assim justificar o interesse coletivo, sob pena de cometimento de abuso de poder e desvio de finalidade.
- () **Eficiência**: a Administração Pública deve buscar um aperfeiçoamento na prestação dos serviços públicos, mantendo ou melhorando a qualidade dos serviços, com economia de despesas. Binômio: qualidade nos serviços + racionalidade de gastos.

A sequência está correta em:

- A) V, F, F B) V, V, F C) V, V, V D) F, F, V E) F, F, F

08) No que concerne à administração direta e indireta, é correto afirmar, EXCETO:

- A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são espécies do gênero empresas estatais.
- B) Os órgãos públicos são centros de competência instituídos no âmbito da mesma pessoa jurídica para o desempenho das funções estatais. Possuem personalidade jurídica e convivem paralelamente à estrutura da pessoa a que pertencem.
- C) A descentralização de competências, com a outorga de funções a pessoas jurídicas diversas do ente estatal, que se vinculam a este para efeitos de controle e avaliação de desempenho são as chamadas pessoas meramente administrativas.
- D) As autarquias não visam ao lucro e são criadas diretamente por lei específica, não sendo necessário o registro de seus atos constitutivos em órgão de registro de pessoas jurídicas. Possuem autonomia administrativa e patrimônio próprio.
- E) Os serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, entidades paraestatais, instituídos em lei, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias profissionais, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições corporativas.

09) “Ato administrativo é ato jurídico que decorre do exercício da função administrativa, sob um regime jurídico de direito público.” Acerca disso, marque a afirmativa INCORRETA:

- A) São requisitos do ato administrativo: o sujeito competente, a finalidade, a forma, o motivo, o objeto.
- B) São atributos do ato administrativo: a presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.
- C) O ato administrativo é vinculado quando a lei estabelece que, perante certas condições, a Administração deve agir de tal forma, sem liberdade de escolha.
- D) O ato administrativo é discricionário, quando a lei deixa completamente livre o poder de decisão diante do caso concreto, de modo que a autoridade poderá escolher, independente dos critérios pertinentes, qual o melhor caminho para o interesse público.
- E) A Teoria dos Motivos Determinantes sustenta que a validade do ato fica atrelada aos motivos indicados como seu fundamento, de tal forma que, se inexistentes ou falsos, implicam em sua nulidade.



10) A obrigatoriedade de procedimento licitatório nas contratações de serviços e aquisições de bens feitos pela Administração tem o seu berço na Constituição Federal transplantada para a Lei nº. 8666/93, permitindo esta, também com base constitucional, a previsão da exceção de não licitar, abrangendo a licitação dispensada, licitação dispensável e a inexigibilidade de licitação. Assinale, a respeito do processo de licitação, a alternativa INCORRETA:

- A) O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento do art. 26 obrigatoriamente se instruirá com a caracterização da situação emergencial que justifique a dispensa, com as razões de escolha do fornecedor ou executante, com a justificativa do preço e documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados, no que couber.
- B) A qualificação técnica é um dos requisitos essenciais de habilitação exigidos pela lei.
- C) Para a comprovação de regularidade fiscal, deverá ser apresentado comprovação documental de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- D) É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época, ou ainda em locais específicos, que inibam a participação na licitação.
- E) Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, admitida cópia autenticada por cartório da comarca do contratante.

11) Ensina Clóvis Beviláqua, que “o fundamento da responsabilidade do Estado é a ideia de que toda lesão de direito ou dano deve ser reparada, de modo que o Estado, tendo por função principal realizar o direito, não pode chamar a si o privilégio de contrariar, no seu interesse, esse princípio de justiça.” A respeito da responsabilidade do Estado, embasando-se no contexto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () A Teoria do Risco Administrativo admite a prova das excludentes de responsabilidade, de modo a desfazer o liame causal imprescindível à responsabilização do Estado.
- () A responsabilidade da Administração Pública, desvinculada de qualquer fator subjetivo, pode ser afirmada mediante a demonstração de culpa, além de clara e irrefutável demonstração de que foi o serviço público que causou o dano sofrido.
- () A Responsabilidade Estatal no estágio doutrinário e jurisprudencial que se encontra, se mostra em perfeita sintonia com o sentimento comum de Justiça Social fundada na ideia da socialização dos prejuízos decorrentes da atividade ou inatividade culposa do Estado, dado que presumidamente ocorreu em busca do bem comum.

A sequência está correta em:

- A) V, V, V B) F, F, F C) F, V, F D) V, F, V E) V, V, F

12) “Ser capaz de direitos e deveres na ordem civil, quer dizer que toda pessoa natural ou pessoa jurídica, possui direitos e obrigações perante a lei brasileira.” Sobre a capacidade, assinale a afirmativa correta:

- A) A personalidade civil da pessoa começa na concepção.
- B) A existência da pessoa natural termina com a morte, que é presumida quanto aos ausentes, quando autorizada por lei a abertura de sucessão definitiva.
- C) A menoridade cessa aos vinte e um anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- D) Os menores de dezesseis anos são relativamente incapazes a certos atos, ou à maneira de os exercer.
- E) A emancipação por outorga dos pais poderá ser comprovada por documento particular com firma reconhecida em cartório.

13) “O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.” Sobre o domicílio, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) É também considerado domicílio da pessoa natural, o local de exercício da profissão, para todos os fins da vida civil.
- B) O agente diplomático do Brasil que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- C) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- D) O domicílio do Município é o lugar onde funciona a administração municipal.
- E) Se o exercício profissional se der em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

14) Quanto aos bens públicos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, conforme determinado em lei.
- () Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- () Rios, mares, estradas, ruas e praças são bens públicos de uso comum, inalienáveis a qualquer tempo e sob qualquer destinação.

A sequência está correta em:

- A) V, F, F B) V, V, F C) V, V, V D) F, F, V E) F, V, V

15) O ato será considerado ilícito na seguinte situação:

- A) Quando a ação for praticada em legítima defesa.
- B) Quando promovida lesão à pessoa, que tenha finalidade de remover perigo iminente, nos limites do necessário para a remoção.
- C) Quando o titular do direito o exerce além dos limites de seu fim econômico ou social.
- D) Quando a ação ou omissão provocar um resultado danoso, sem que o afete qualquer agente externo.
- E) Quando a ação se der no exercício regular de um direito reconhecido.

16) Quanto aos prazos prescricionais, todas as pretensões a seguir prescrevem em três anos, EXCETO:

- A) A pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- B) A pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.
- C) A pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- D) A pretensão para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial.
- E) A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

17) No que se refere à transmissão das obrigações, analise:

- I.** A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas considera-se notificado o devedor que, de forma pública ou particular, se declarou ciente da cessão feita.
- II.** Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; a mesma responsabilidade lhe cabe nas cessões por título gratuito, se tiver procedido de má-fé.
- III.** O crédito, mesmo penhorado, pode ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I, II B) I, II, III C) III D) II, III E) I

18) No que se refere à compra e venda, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e as da tradição a cargo do vendedor.
- B) É nula a venda de ascendente a descendente, mesmo que os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente tenham consentido.
- C) Não pode um condômino em coisa indivisível vender a sua parte a estranhos, se outro consorte a quiser, nas mesmas condições.
- D) Não obstante o prazo ajustado para o pagamento, se antes da tradição o comprador cair em insolvência, poderá o vendedor sobrestar na entrega da coisa, até que o comprador lhe dê caução de pagar no tempo ajustado.
- E) Não sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.

19) No que se refere à empreitada, analise:

- I.** Concluída a obra de acordo com o ajuste, ou o costume do lugar, o dono é obrigado a recebê-la. Poderá, porém, rejeitá-la, se o empreiteiro se afastou das instruções recebidas e dos planos dados, ou das regras técnicas em trabalhos de tal natureza.
- II.** Ainda que não tenha havido autorização escrita, o dono da obra é obrigado a pagar ao empreiteiro os aumentos e acréscimos, segundo o que for arbitrado se, tendo acompanhado a obra *in loco*, não podia ignorar o que se estava passando, e nunca protestou.
- III.** Quando o empreiteiro fornece os materiais, correm por sua conta os riscos até o momento da entrega da obra, a contento de quem a encomendou, se este não estiver em mora de receber. Mas se estiver, por sua conta correrão os riscos.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) III B) I, II, III C) II D) I, III E) I



CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

20) No que se refere à administração do condomínio, são competências legais do síndico, EXCETO:

- A) Dar imediato conhecimento à assembleia da existência de procedimento judicial ou administrativo, de interesse do condomínio.
- B) Cobrar dos condôminos as suas contribuições, bem como impor e cobrar as multas devidas.
- C) Estimar o orçamento da receita e da despesa relativa a cada ano.
- D) Representar, ativa e passivamente, o condomínio, praticando, em juízo ou fora dele, os atos necessários à defesa dos interesses comuns.
- E) Prestar contas à assembleia, anualmente e quando exigidas.

21) No que se refere à interpretação e integração da norma tributária, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- () Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- () Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.
- () A lei tributária deve alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

A sequência está correta em:

- A) V, V, V
- B) F, F, F
- C) F, F, V
- D) V, V, F
- E) F, V, F

22) Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- () O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- () A extinção das obrigações do falido prescinde de prova de quitação de todos os tributos.
- () A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

A sequência está correta em:

- A) V, V, V
- B) F, F, F
- C) F, V, F
- D) V, F, V
- E) V, V, F

23) A Lei nº. 4320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. O Capítulo III foi dedicado à despesa. Acerca disso, é INCORRETO afirmar:

- A) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- B) É vedado aos Municípios, no último mês do mandato do prefeito, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do referido mandato.
- C) É vedado o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento, sob pena de infringência à lei de responsabilidade fiscal.
- D) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- E) A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

24) “A Constituição Federal de 1988 atribui ao Poder Executivo a responsabilidade pelo sistema de Planejamento e Orçamento, e a iniciativa dos seguintes projetos de lei: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual (LOA).” Diante do exposto, analise:

- I. O PPA é a lei que define as prioridades do Governo pelo período de quatro anos. O projeto de lei do PPA deve ser enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até o dia 31 de maio do primeiro ano de seu mandato (6 meses antes do encerramento da sessão legislativa).
- II. A LDO é a lei anterior à lei orçamentária, que define as metas e prioridades em termos de programas a executar pelo Governo. O projeto de lei da LDO deve ser enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano (8 meses e meio antes do encerramento da sessão legislativa).
- III. A LOA disciplina todos os programas e ações do governo federal no exercício. Nenhuma despesa pública pode ser executada sem estar consignada no orçamento.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I, II
- B) I
- C) III
- D) II, III
- E) I, III



25) Quanto às vedações constitucionais em matéria orçamentária, analise:

- I. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder em mais de 20% os limites estabelecidos em lei complementar.
- II. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- III. É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I B) I, II, III C) III D) II, III E) I, II

26) Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

“O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente...”

- () a data em que foi inscrita, a quantia devida, a maneira de calcular os juros de mora e a data máxima para pagamento sem ajuizamento de ação judicial.
- () se houver, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.
- () o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros; a certidão conterá, também, a indicação do livro e da folha da inscrição.

A sequência está correta em:

- A) F, V, V B) F, F, V C) F, F, F D) V, V, V E) V, V, F

27) “Receita Pública é a soma de ingressos orçamentários (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos) arrecadados para atender às despesas públicas.” Sobre o assunto, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) Os ingressos orçamentários são aqueles pertencentes ao ente público arrecadados exclusivamente para aplicação em programas e ações governamentais. Esses ingressos são denominados Receita Pública.
- B) A Receita Pública Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não alteram a situação líquida patrimonial, como por exemplo, as operações de crédito.
- C) Receitas Originárias são aquelas que provêm do próprio patrimônio do Estado.
- D) Receitas Derivadas são aquelas obtidas pelo Estado mediante sua autoridade coercitiva. Dessa forma, o Estado exige que o particular entregue uma determinada quantia na forma de tributos ou de multas.
- E) Os ingressos extraorçamentários são aqueles pertencentes a terceiros arrecadados pelo ente público exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução. Têm caráter provisório. Esses ingressos são denominados recursos de terceiros.

28) Sobre o controle externo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o TCU.
- () Compete ao TCU fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres a Estado, ao Distrito Federal ou a Município. Essa fiscalização é exercida de forma global, mediante exame das prestações de contas dos órgãos ou entidades transferidores dos recursos federais.
- () Entre as funções básicas do Tribunal de Contas da União está a sancionadora, que autoriza a aplicação de penalidades, desde multa e obrigação de devolução do débito apurado, até afastamento provisório do cargo, o arresto dos bens de responsáveis julgados em débito e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública.

A sequência está correta em:

- A) F, V, V B) F, F, V C) F, F, F D) V, F, V E) V, V, V

29) A respeito do contrato de trabalho, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) Haverá contrato de trabalho sempre que uma pessoa física se obrigar a realizar atos, executar obras ou prestar serviços para outra e sob dependência desta, durante um período determinado ou indeterminado de tempo, mediante o pagamento de uma remuneração.
- B) Contrato de trabalho é contrato de direito privado, consensual, sinalagmático, comutativo, de trato sucessivo, oneroso e, regra geral, do tipo dos contratos de adesão.
- C) O contrato de trabalho é permitido aos maiores de 14 anos; os maiores de 12 anos podem celebrar contratos na condição de aprendizes.
- D) O maior de 14 anos e menor de 18 anos já não depende de autorização do pai, mãe ou responsável legal, para trabalhar.
- E) Se os entendimentos preliminares chegaram a um ponto que faça prever a conclusão do contrato e uma das partes os rompe sem um motivo justo e razoável, deverá ressarcir a outra do dano, se houver comprovação de despesas relativas a ele ou se deixou de aceitar outra oferta igual ou mais vantajosa.

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

30) “Um trabalhador que exerce uma determinada função, mas na verdade tem atribuições de um cargo superior, pode pedir equiparação salarial.” São requisitos para a concessão da equiparação salarial, EXCETO:

- A) Identidade de função: não se deve confundir função com cargo, já que há empregados com o mesmo cargo e funções diferentes.
- B) Que o serviço seja de igual valor: é aquele prestado com igual produtividade e a mesma perfeição técnica.
- C) Que o serviço seja prestado ao mesmo empregador: conceituado pelo art. 2º da CLT.
- D) Que o serviço seja prestado na mesma localidade: compreende o mesmo município, já que as condições locais podem influir no desnivelamento da remuneração.
- E) Que não haja diferença do tempo de serviço entre os empregados da mesma função superior a seis meses.

31) São objetivos que justificaram a instituição original do FGTS, EXCETO:

- A) Fortalece os cofres da Previdência Social.
- B) Formar um Fundo de Indenizações Trabalhistas.
- C) Oferecer ao trabalhador, em troca da estabilidade no emprego, a possibilidade de formar um patrimônio.
- D) Proporcionar ao trabalhador aumento de sua renda real, pela possibilidade de acesso à casa própria.
- E) Formar Fundo de Recursos para o financiamento de programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

32) No que se refere à dispensa por justa causa, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- () A desídia é o tipo de falta grave que, na maioria das vezes, consiste na repetição de pequenas faltas leves, que se vão acumulando até culminar na dispensa do empregado. Isto não quer dizer que uma só falta não possa configurar desídia.
- () Na aplicação da justa causa, devem ser observados os hábitos de linguagem no local de trabalho, origem territorial do empregado, ambiente onde a expressão é usada, a forma e o modo em que as palavras foram pronunciadas, grau de educação do empregado e outros elementos que se fizerem necessários.
- () A falta reiterada do menor aprendiz sem motivo justificado não constitui justa causa para a rescisão contratual.

A sequência está correta em:

- A) F, F, F
- B) V, V, V
- C) V, V, F
- D) V, F, F
- E) V, F, V

33) Quanto à rescisão indireta do contrato de trabalho, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.
- B) No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.
- C) A suspensão do empregado por mais de trinta dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.
- D) Constatado pela autoridade o prejuízo à saúde do menor, deve a empresa tomar as medidas possíveis e recomendadas para que o mesmo mude de função, sob pena de se configurar a rescisão indireta do contrato de trabalho.
- E) O atraso no pagamento do salário e o recolhimento da verba fundiária em função de crise econômica não são causas passíveis de rescisão indireta.

34) Quanto ao direito de greve no serviço público, analise:

- I. A continuidade dos serviços públicos é um princípio básico do direito administrativo e que os contribuintes pagam tributos para receber tais serviços sem solução de continuidade, à evidência, todos aqueles que sofrerem danos em virtude da interrupção de sua prestação gerada pela greve, têm direito de demandar reparação, inclusive por danos morais, contra o Estado.
- II. Ao Estado é facultado dar início a ação de regresso contra os responsáveis pela paralisação de atividades essenciais à sociedade, que poderão ter que ressarcir-lo de indenizações às quais vier a ser condenado, mesmo depois de aposentados, em face da imprescritibilidade da referida ação.
- III. O servidor público possui as mesmas obrigações e direitos como se estivesse laborando na atividade privada, apesar de estar desempenhando a função de servidor da comunidade.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I, II
- B) I, III
- C) I
- D) III
- E) I, II, III

35) No que se refere ao inquérito para apuração de falta grave, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- () O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial.
- () É obrigatório para a dispensa de empregados integrantes da CIPA, mesmo sabendo que a lei autoriza o ajuizamento de reclamação para se reintegrar.
- () O inquérito deve seguir o rito de uma reclamação trabalhista comum. Se julgado improcedente, o empregado tem direito a receber salários e reflexos desde a data em que fora suspenso até o trânsito em julgado da decisão.

A sequência está correta em:

- A) F, V, V
- B) F, F, V
- C) F, F, F
- D) V, V, V
- E) V, F, V



- 36) O Código de Processo Civil é estruturado e dividido em livros, títulos e capítulos, estes ainda organizados em seções e subseções. Assinale a sequência correta da divisão, dentre as indicadas:**
- A) Processo de conhecimento, processo de execução, processo cautelar, procedimentos especiais.
 - B) Processo de conhecimento, processo cautelar, processo de execução, procedimentos especiais.
 - C) Procedimentos especiais, processo de conhecimento, processo de execução, processo cautelar.
 - D) Processo cautelar, processo de conhecimento, procedimentos especiais, processo de execução.
 - E) Processo de conhecimento, processo cautelar, procedimentos especiais, processo de execução.
- 37) No que se refere à representação em juízo, assinale a afirmativa INCORRETA:**
- A) O representante não é parte no processo, mas apenas age em nome e por conta do representado.
 - B) A representação das partes em juízo é pressuposto processual de validade, devendo ser examinada de ofício pelo juiz.
 - C) O município será representado em juízo, ativa ou passivamente somente pelo procurador municipal.
 - D) O PROCON pode ser autor de ação coletiva na defesa dos interesses dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos dos consumidores.
 - E) O nascituro possui capacidade de ser parte, representado pelo pai, mãe ou curador, conforme o caso.
- 38) No que se refere ao instrumento de mandato, assinale a afirmativa INCORRETA:**
- A) O mandato com a cláusula *ad judicium* pode ser conferido a quem não seja advogado que, entretanto, para postular em juízo, deverá substabelecer os poderes recebidos a advogado.
 - B) O advogado pode agir de modo a evitar o perecimento do direito ou outros reputados urgentes, sem procuração. Se obriga, entretanto, a apresentar o documento, no prazo de 15 dias.
 - C) Mesmo quando o advogado está regularmente constituído nos autos principais, é necessário novo instrumento nos incidentes processuais ou nos autos apartados.
 - D) Não é exigido do menor relativamente incapaz a procuração por instrumento público, podendo o instrumento ser assinado pelo seu representante legal, que o assistirá.
 - E) A parte que apresenta recurso firmado por advogado sem procuração deverá ser instada a regularizar a representação, não sendo cabível o não conhecimento de pronto do recurso aviado.
- 39) No que se refere à antecipação de tutela, é INCORRETO afirmar:**
- A) A tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito tem natureza jurídica mandamental.
 - B) A tutela antecipatória dos efeitos da sentença, uma vez deferida, somente pode beneficiar o autor, posto que somente ele pode fazer o pedido.
 - C) O Ministério Público pode requerer a tutela antecipada, por ter o mesmo poder e mesmo ônus da parte, seja sua atuação na condição de parte, seja como fiscal da lei.
 - D) A tutela antecipada pode ser concedida na própria sentença, desde que presentes os pressupostos legais.
 - E) A decisão que indefere o pedido de tutela antecipada antes da decisão de mérito é impugnável por mandado de segurança.
- 40) A respeito da exceção de pré-executividade, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:**
- () A decisão relacionada à exceção, por ser esta um incidente, não impede a reapreciação da matéria em sede de embargos, mas o julgamento dos embargos produz coisa julgada material, porque estes têm natureza de ação.
 - () A exceção de pré-executividade tem cabimento quando evidenciada a ilegitimidade do exequente e pode ser arguida depois do prazo de embargos, a teor do que autoriza o art. 267, § 3º. do CPC.
 - () As matérias argúveis através da exceção de pré-executividade são de ordem pública, cabendo ao próprio magistrado, de ofício, sobre elas se manifestar, pouco importando o modo pelo qual tomou ciência do vício.
- A sequência está correta em:**
- A) F, F, F
 - B) V, V, V
 - C) V, V, F
 - D) V, F, F
 - E) V, F, V
- 41) No que se refere aos procedimentos cautelares específicos, assinale a afirmativa correta:**
- A) Quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado, cabe o ajuizamento de medida cautelar de sequestro.
 - B) A ação de atentado será processada no juízo onde estiver tramitando o feito principal.
 - C) A cautelar de produção antecipada de provas prescinde da demonstração precisa dos fatos sobre os quais recairá a prova.
 - D) O juiz, no seu poder cautelar, pode determinar a exibição e, no caso de descumprimento, a imediata apreensão do que deveria ser exibido.
 - E) A caução somente pode ser prestada pelo interessado.

42) Assinale a afirmativa correta sobre a ação de nunciação de obra nova:

- A) O usufrutuário somente será legítimo para propor ação de nunciação de obra nova quando provar o usufruto ou a posse direta do imóvel.
- B) O requerimento do autor, na petição inicial, compreenderá o embargo da obra, a recomposição do *status quo ante*, a cominação de pena pelo descumprimento da determinação do preceito, a condenação em perdas e danos e multa pecuniária pela inobservância do embargo extrajudicial levado a efeito.
- C) Não cabe ação de nunciação de obra nova para a construção de muro de arrimo, quando se discute direito de vizinhança, uma vez que pode ser manejada a ação de indenização.
- D) É defeso ao Município ajuizar ação de nunciação de obra nova, mesmo que a obra não esteja respeitando a legislação.
- E) Pode eventualmente ter como fundamento a propriedade, mas tenciona proteger a posse.

43) Sobre o mandado de segurança, analise:

- I. Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais, cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.
- II. No mandado de segurança coletivo, a liminar poderá ser concedida *inaudita altera parte*, e o representante judicial da pessoa jurídica de direito público, deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas contados de sua intimação.
- III. Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de três dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I, II, III B) III C) II D) I, III E) II, III

44) No que se refere ao inventário e partilha, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () A fazenda pública tem interesse na herança vacante, podendo provocar a determinação legal de arrecadação de bens.
- () A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido e de cada herdeiro, na proporção que lhe couber.
- () O espólio suporta todas as despesas do inventário, exceto os honorários do advogado, cuja responsabilidade é exclusiva do inventariante.

A sequência está correta em:

- A) V, V, F B) V, F, F C) F, F, F D) V, V, V E) F, V, F

45) Quanto à ação popular, é correto afirmar:

- A) É competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz cível da comarca onde se dá o ato impugnado, em qualquer caso.
- B) Não caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado, sob pena de ocorrência do *periculum in mora* inverso.
- C) O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe permitido, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- D) A citação dos beneficiários somente se fará por edital com o prazo de trinta dias, afixado na sede do juízo e publicado três vezes no jornal oficial do Distrito Federal, ou da Capital do Estado ou Território em que seja ajuizada a ação.
- E) É sempre permitida às pessoas ou entidades referidas no art. 1º, ainda que hajam contestado a ação, promover, em qualquer tempo, e no que as beneficiar a execução da sentença contra os demais réus.

46) No que se refere à Lei nº. 9605/98, é correto afirmar:

- A) Para as infrações penais previstas na Lei nº. 9605/98, a ação penal é pública condicionada.
- B) Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente é crime ambiental, com pena de detenção de um a três anos e multa.
- C) Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente é crime ambiental, com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.
- D) São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, os agentes das Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha e a guarda municipal.
- E) Verificada a infração nos termos da lei, serão relacionados os produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos, que serão encaminhados à Polícia Federal para as providências cabíveis.

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

47) Sobre a ação de usucapião, assinale a afirmativa correta:

- A) A ação de usucapião possui natureza constitutiva.
- B) O polo passivo da ação de usucapião é formado por litisconsórcio facultativo.
- C) Não é cabível a arguição de usucapião na defesa de ação reivindicatória.
- D) Recibo de sinal não é justo título.
- E) A intervenção do Ministério Público é facultativa na ação de usucapião.

48) De acordo com a intervenção na propriedade particular, analise:

- I. A intervenção na propriedade particular pode ter fundamento na necessidade ou na utilidade pública, ou no interesse social, mas esse fundamento há de vir expresso em lei estadual para autorizar o ato interventivo.
- II. A desapropriação é o instrumento de que se vale o estado para remover obstáculos à execução de obras e serviços públicos, propiciar a implantação de planos de urbanização, para preservar o meio ambiente contra devastações e poluições e para realizar a justiça social, com a distribuição de bens inadequadamente utilizados pela iniciativa privada.
- III. O tombamento é forma de intervenção do estado na propriedade privada, para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, assim considerado, pela legislação ordinária.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I
- B) II, III
- C) I, II
- D) I, II, III
- E) III

49) Quanto ao Estatuto das Cidades, é INCORRETO afirmar:

- A) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- B) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, obrigatoriamente a cada oito anos.
- C) O plano diretor é obrigatório para cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
- D) O plano diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- E) Os tributos sobre imóveis urbanos, assim como as tarifas relativas a serviços públicos urbanos, serão diferenciados em função do interesse social.

50) Sobre a servidão administrativa, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- () Institui-se mediante acordo formal, por escritura pública entre proprietário e o Poder Público ou por sentença judicial, quando não há acordo entre as partes como Poder Público, promovendo ação contra o proprietário, buscando demonstrar ao juiz a existência do interesse público.
- () Encerra apenas o uso da propriedade alheia para possibilitar a execução de serviços públicos. Não enseja a perda da propriedade, portanto, a indenização só será devida se a servidão provocar prejuízo ao proprietário.
- () O fundamento da servidão administrativa é supremacia do interesse público sobre o interesse privado, levando-se em conta a função social da propriedade. Neste caso, o sacrifício da propriedade cede lugar ao interesse público que inspira a atuação interventiva do Estado.

A sequência está correta em:

- A) V, V, V
- B) F, F, F
- C) V, F, F
- D) F, V, F
- E) V, F, V

51) Com base na Lei Orgânica do Município de Londrina, o Município de Londrina, observados os princípios das Constituições Federal e Estadual, tem por objetivos, dentre outros, EXCETO:

- A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) Promover o bem de todos os munícipes, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- C) Promover o desenvolvimento municipal, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população e a integração urbano-rural.
- D) Erradicar a pobreza, o analfabetismo e a marginalização e reduzir as demais desigualdades sociais.
- E) Garantir, no âmbito de sua competência, o aumento populacional que lhe assegure o teto máximo do repasse de verbas do Fundo de Participação dos Municípios.

52) São competências exclusivas do Município de Londrina, consoante a Lei Orgânica Municipal, dentre outras, EXCETO:

- A) Dispor sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como sobre a forma e os meios de pagamento.
- B) Estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território.
- C) Integrar consórcio com outros municípios para solução de problemas comuns.
- D) Preservar as florestas, a fauna e a flora.
- E) Garantir a defesa civil do ambiente e da qualidade de vida.



CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

- 53) De acordo com a Lei Orgânica Municipal, são competências concorrentes do Município de Londrina, da União e do Estado, dentre outros, EXCETO:**
- A) Cuidar da saúde e assistência pública, e da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
 - B) Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
 - C) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
 - D) Organizar os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações.
 - E) Criar e organizar parques industriais.
- 54) “De acordo com a Lei Orgânica Municipal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.” Diante do exposto, analise:**
- I. O resultado do plebiscito ou referendo será determinado pelo voto da maioria simples, independentemente do número de votantes.
 - II. O referendo pode ser convocado no prazo máximo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.
 - III. O projeto de lei de iniciativa popular poderá circunscrever-se a mais de um assunto.
- Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):**
- A) I, II
 - B) I, II, III
 - C) III
 - D) I
 - E) II, III
- 55) Consoante a Lei Orgânica Municipal de Londrina, são direitos dos servidores públicos municipais, EXCETO:**
- A) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
 - B) Redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
 - C) Assistência e previdência sociais exclusivas aos servidores.
 - D) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% a do normal.
 - E) Repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos.
- 56) Quanto à estabilidade do servidor municipal, estipula a Lei Orgânica Municipal de Londrina, EXCETO:**
- A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - B) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei federal complementar, assegurada ampla defesa.
 - C) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - D) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
 - E) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, exonerado, com indenização proporcional ao tempo de serviço.
- 57) Quanto aos bens do município, à luz da Lei Orgânica do Município de Londrina, analise:**
- I. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização conforme o caso e quando houver interesse público devidamente justificado, observada a legislação pertinente.
 - II. São permitidas a doação, a permuta, a venda, a concessão de direito real de uso e as doações em pagamento de qualquer área ou fração destinada a praça no âmbito do Município.
 - III. A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário por decreto precedido de licitação e, em se tratando de bens imóveis, somente será concedida mediante autorização legislativa, ficando esta dispensada quando se tratar de áreas públicas de dimensões iguais ou inferiores a 20,00 m².
- Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):**
- A) I
 - B) I, III
 - C) II
 - D) I, II, III
 - E) I, II
- 58) No que concerne às obras e serviços públicos, à luz da Lei Orgânica Municipal de Londrina, assinale a afirmativa INCORRETA:**
- A) A municipalidade poderá convocar referendo para as obras que resultem impacto ambiental.
 - B) A concessão de serviço público será outorgada mediante autorização legislativa e contrato precedido de licitação.
 - C) O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato.
 - D) Os preços públicos, em que se incluem as tarifas, serão fixados pelo Prefeito Municipal.
 - E) A permissão de serviço público ou de utilidade pública, sempre a título precário, será outorgada por decreto, após licitação.

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

59) No que se refere às limitações ao poder de tributar, à luz da Lei Orgânica Municipal de Londrina, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- É vedado ao Município cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- É permitido ao município mediante a edição de lei municipal específica, conceder qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária.
- Pode o Município instituir cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

A sequência está correta em:

- A) F, V, F B) V, V, V C) F, F, F D) V, F, V E) F, V, V

60) A Lei Orgânica Municipal de Londrina estipula vedações ao Município. **NÃO** contempla uma vedação, conforme a referida lei:

- A) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- B) Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- C) Alterar os nomes dos próprios públicos municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei.
- D) Atribuir nomes de pessoas falecidas a bem público de qualquer natureza pertencente ao Município.
- E) Inscrever símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículos de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Município.

61) No que se refere ao Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas:

- A posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do ato de provimento.
- A posse em cargo comissionado não exige afastamento do servidor do cargo de provimento efetivo, isolado ou de carreira de que for titular ou para o qual se encontre designado em regime de substituição eventual ou temporária.
- Após tomar posse e antes de entrar em exercício, o servidor apresentará, ao órgão de pessoal, os elementos necessários à abertura de seu cadastro de assentamentos funcional e financeiro.

A sequência está correta em:

- A) F, F, F B) V, V, V C) F, V, F D) V, F, V E) F, F, V

62) De acordo com o Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- A) No caso de servidor legalmente afastado, o prazo para entrar em exercício em novo cargo será contado da data em que voltar ao serviço.
- B) O exercício terá início no prazo de quinze dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse.
- C) O servidor que deva ter exercício em outra localidade, terá trinta dias de prazo para fazê-lo.
- D) O servidor que não entrar em exercício dentro do prazo legal será exonerado do cargo.
- E) Os efeitos funcionais e financeiros só serão considerados e devidos a partir do exercício do cargo.

63) Ao regulamentar o tempo de serviço, estipula o Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina “*será considerado de efetivo exercício, dentre outros, o período de afastamento do servidor em virtude de*”, **EXCETO**:

- A) Nascimento de filho.
- B) Licença para tratamento de saúde.
- C) Licença para atender obrigações concernentes ao serviço militar.
- D) Licença por motivo de acidente em serviço.
- E) Licença para tratar de assuntos particulares, de trinta dias por ano.

64) Quanto às férias dos servidores, são estipulações do Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina, **EXCETO**:

- A) O período aquisitivo de férias será de doze meses contínuos de efetivo exercício.
- B) A concessão observará a escala organizada anualmente, pela chefia imediata, podendo ser alterada por autoridade superior.
- C) As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública ou comoção interna.
- D) É permitida a acumulação de férias de no máximo dois períodos.
- E) Em caso de aposentadoria ou exoneração, será devida ao funcionário a remuneração correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.



65) Quanto aos afastamentos, o Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina estipula, EXCETO:

- A) Dar-se-á o afastamento do servidor sempre que o exercício do cargo se mostre incompatível com o cumprimento de obrigações, encargos ou determinações legais.
- B) Dar-se-á o afastamento do servidor, sem prejuízo do efetivo exercício e da respectiva remuneração, quando estiver participando de congressos e certames culturais, técnicos ou científicos de comprovado interesse do Município.
- C) O afastamento não excederá dois anos nos casos de estudo, aperfeiçoamento, especialização ou pós-graduação na área de atuação do servidor, exercício em órgãos ou entidades com os quais o Município mantenha convênio, que não resultem direta ou indiretamente em prejuízo funcional ou remuneratório, ou ainda, em relação ao regime jurídico de trabalho.
- D) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- E) Será também considerado afastado, o servidor preso em flagrante delito e suspenso disciplinarmente.

66) O Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina estipula, a respeito da remuneração, que juntamente com o vencimento básico, podem ser pagas ao servidor as seguintes vantagens pecuniárias, EXCETO:

- A) Indenizações.
- B) Reembolsos.
- C) Gratificações.
- D) Adicionais.
- E) Abonos.

67) A cassação da aposentadoria ou da disponibilidade do servidor, à luz do Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina ocorrerá pelos seguintes motivos, EXCETO:

- A) Se tiver praticado, quando em atividade, falta grave para a qual haja cominada a pena de suspensão.
- B) Se tiver aceitado ilegalmente cargo ou função pública.
- C) Se praticou a usura, em qualquer de suas formas.
- D) Se perder a nacionalidade brasileira.
- E) Se for declarado apto para retornar ao trabalho, mediante inspeção médica, em caso de aposentadoria por invalidez, não entrar em exercício dentro do prazo de trinta dias.

68) O Código Tributário Municipal, no que diz respeito à aplicação e vigência da lei tributária, originou as seguintes afirmativas:

- I. A lei tributária tem aplicação em todo o território do Município e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.
- II. A lei tributária tem aplicação obrigatória pelas autoridades administrativas, não constituindo motivo para deixar de aplicá-la o silêncio, a omissão ou obscuridade de seu texto.
- III. Quando ocorrer dúvida ao contribuinte quanto à aplicação de dispositivo da lei, este poderá, pessoalmente, consultar a hipótese concreta do fato.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I
- B) I, II
- C) I, II, III
- D) II, III
- E) II

69) Interpreta-se o Código Tributário Municipal de maneira mais favorável ao infrator, no que se refere à definição de infrações e à cominação de penalidades, nos casos de dúvida quanto aos seguintes tópicos, EXCETO:

- A) Capitulação legal do fato.
- B) Suspensão ou exclusão de crédito tributário.
- C) Natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos.
- D) Autoria, imputabilidade ou punibilidade.
- E) Natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

70) No que se refere às estipulações do Código Tributário Municipal de Londrina sobre a responsabilidade por infrações, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em não observância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.
- () A responsabilidade por infrações contidas no Código Tributário Municipal depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- () A denúncia espontânea exclui a aplicação de multa, independente do imediato pagamento do tributo.

A sequência está correta em:

- A) F, F, F
- B) F, F, V
- C) V, V, F
- D) V, F, F
- E) V, F, V



CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

- 71) **Dá-se a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, consoante os termos do Código Tributário Municipal, dentre outros, a ocorrência dos seguintes fatos, EXCETO:**
- A) O depósito do seu montante integral.
 - B) A conversão do depósito em renda.
 - C) O parcelamento.
 - D) A moratória.
 - E) A concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- 72) **A Lei nº. 9433/97 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e outras providências. Para os efeitos da referida lei, são consideradas organizações civis de recursos hídricos, EXCETO:**
- A) Consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas.
 - B) Associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos.
 - C) Organizações estrangeiras de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos.
 - D) Organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade.
 - E) Outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.
- 73) **A Lei Municipal nº. 10967/2010 dispõe sobre a política municipal de saneamento básico. A respeito do conjunto de serviços que formam o saneamento básico, à luz da referida lei, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:**
- () Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.
 - () Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, inclusive a triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública.
 - () Esgotamento sanitário: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.
- A sequência está correta em:**
- A) F, F, V B) F, V, V C) V, V, V D) F, V, F E) V, V, F
- 74) **De acordo com a Lei Municipal nº. 10967/2010, aos usuários do serviço público de saneamento básico são assegurados, EXCETO:**
- A) Amplo acesso a informações sobre os serviços prestados.
 - B) Prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos.
 - C) Análise da água realizada por laboratórios de renome nacional.
 - D) Acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora.
 - E) Acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.
- 75) **O Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB) possui fontes de recursos provenientes previstos em lei, dentre outras, EXCETO:**
- A) Valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros.
 - B) Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana.
 - C) Repasses de valores do Orçamento Geral do Município, desde que não vinculados a receita de impostos.
 - D) Valores recebidos a fundo perdido.
 - E) Produto da venda de material reciclado.
- 76) **A Lei do Saneamento Básico incentiva a participação popular na gestão pública e nas atividades administrativas. Diante do exposto, analise:**
- “A garantia da participação dos cidadãos é responsabilidade do governo municipal e tem por objetivos...”**
- I. A utilização do cidadão de modo a aumentar a eficiência dos serviços da equipe contratada.
 - II. O pleno atendimento das aspirações coletivas no que se refere aos objetivos e procedimentos da gestão pública, influenciando nas decisões e no seu controle.
 - III. A permanente valorização e aperfeiçoamento do poder público como instrumento a serviço da coletividade.
- Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):**
- A) I, II, III B) I, III C) II, III D) I E) II



77) A Lei nº. 10969/2010 disciplina as condições para exploração do serviço de táxi no Município de Londrina e dá outras providências. Assinale a afirmativa INCORRETA, emanada da referida lei:

- A) A Carteira Nacional de Habilitação – CNH dos interessados na autorização/pessoa física deverá estar inserida na categoria “B” e os interessados deverão possuí-las nesta categoria há pelo menos dois anos, considerado neste prazo o período de permissão.
- B) Havendo vagas disponíveis, aumento da demanda pelo serviço ou interesse do Poder Público em ampliar o serviço de táxi, a CMTU-LD realizará processo licitatório na modalidade concorrência pública.
- C) Os veículos especificamente destinados ao serviço de táxi deverão ser aprovados em vistoria efetuada pela CMTU-LD e, além das exigências do Código de Trânsito e as demais, previstas na lei, devem ter fabricação não superior a sete anos.
- D) A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta competem promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.
- E) Os veículos deverão circular no mínimo oito horas/dia, nos dias úteis, à exceção feita nos casos autorizados pela CMTU-LD em virtude da manutenção da frota ou de força maior devidamente comprovada.

78) A cassação da Autorização, considerando a Lei nº. 10969/2010, para a exploração dos serviços de táxi, ocorrerá em face dos seguintes motivos, dentre outros, EXCETO:

- A) Quando o autorizado for condenado em ação penal com trânsito em julgado.
- B) Quando o autorizado utilizar o veículo para a prática de crime.
- C) Quando o autorizado estiver explorando o serviço de táxi com a autorização suspensa.
- D) Deixar de efetuar o recolhimento das multas impostas, da taxa de Licença para Trafegar e taxa de Ocupação de Solo.
- E) Paralisar as atividades por mais de quarenta dias.

79) Quanto ao direito urbanístico, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () A competência para legislar a respeito é concorrente entre a união e os estados, cabendo ao município a execução das diretrizes legais.
- () A função social da propriedade constitui o núcleo central do direito urbanístico.
- () O urbanismo é elemento de importante transformação das cidades, promovido através de atividades próprias, destinadas a aplicar seus princípios e realizar seus fins. A doutrina é unânime na afirmação de que esta nova ciência assume uma natureza eminentemente interdisciplinar.

A sequência está correta em:

- A) V, V, V B) V, F, F C) F, F, F D) V, V, F E) F, V, V

80) São requisitos urbanísticos para loteamento, dentre outros, EXCETO:

- A) As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.
- B) Os lotes terão área mínima de 125m² e frente mínima de 5 metros, salvo quando a legislação estadual ou municipal determinar maiores exigências, ou quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
- C) A largura das vias deverá ser de, no mínimo, 6 metros.
- D) Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.
- E) As vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório constituída de um parecer.
- O candidato deverá formular tal parecer com extensão máxima de 30 (trinta) linhas.
- A Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de fuga ao tema, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou grafada com interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato portador de deficiência que o impossibilite de redigir textos, como também solicitar atendimento especial para este fim, nos termos do Edital. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A Folha de Resposta da Prova Discursiva será previamente identificada através do número de inscrição do candidato. Não é necessário registrar nome ou assinatura na Folha de Resposta.
- A Prova Discursiva terá o valor de 40 (quarenta) pontos. Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES DISCURSIVAS		
Critérios	Elementos da Avaliação	Total de pontos por critério
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	10 pontos
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	30 pontos
TOTAL DE PONTOS		40 pontos

PARECER

Moradores de “Ribeirão Novo”, cidade pertencente a uma região metropolitana, pretenderam impedir que a prefeitura construa um novo aterro sanitário em área de mananciais, a cinco quilômetros de um dos reservatórios de água que abastece não só a própria, mas outros municípios vizinhos. O terreno possui tamanho suficiente para resolver a questão do lixo por pelo menos dez anos. De acordo com o secretário de habitação, obras e urbanismo, o local é o mais adequado pelas características físicas e pela baixa densidade demográfica. Do ponto de vista dos princípios constitucionais e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, somando-se aos comandos da política nacional do meio ambiente, o prefeito solicita um parecer, que mencione as providências legais básicas necessárias para levar adiante a execução e instalação do aterro, de modo a solucionar o grave problema do lixo, uma vez que o aterro existente já está exaurido. Elabore esse parecer.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO